

ANP e a efetividade da participação cidadã

Autor: Nicholas Soares Zucchetti – Direito/Uniritter

Orientador: Aragon Érico Dasso Junior – Direito/Uniritter

Introdução:

Decorrente de um modelo econômico ultraliberal, onde a livre iniciativa privada tudo pode, o Estado brasileiro vem privatizando serviços públicos, desde os anos 1990. Nesse contexto, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil adotou por transferir serviços essenciais ao setor privado e, como consequência, criou agências reguladoras para os referidos serviços privatizados. Este trabalho objetiva estudar uma dessas agências: a Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP), criada em 1997, via lei 9478. Com a criação da ANP, houve a extinção do monopólio estatal sobre a exploração do

Mecanismos de interface:

A ANP por ser uma agência regulamentadora possui alguns mecanismos de interface, onde a comunicação e a interação com a população. A ANP desde o ano de 2003 possui consultas e audiências públicas, onde qualquer cidadão pode se inscrever, apenas através do site. Desde o ano de 2003, a ANP realizou cerca de 115 audiências públicas no seu escritório no Rio de Janeiro. O formulário de inscrição para as audiências públicas também estão disponíveis no site, no setor de audiências públicas em andamento. Qualquer pessoa física ou jurídica pode se inscrever. Além de possuir as audiências públicas como uma forma da população poder se interagir com a agência, a ANP possui um número para ligação gratuita, que é o 0800-970-0267. Este telefone atende de 2ª a 6ª, de 8h às 20h.

Problemas da pesquisa:

Apesar de possuir mecanismos de interface é possível perceber que ele é insuficiente pelo fato de que estes mecanismos só podem ser efetuados pela internet, ou seja, o cidadão que não possui meios de se conectar ao site da ANP não pode se interagir com agência. Podemos perceber também que apesar da ANP possuir audiências públicas, elas são realizadas apenas no Rio de Janeiro. Apesar de ter escritórios em São Paulo, Salvador e no Rio de Janeiro, além de ter sua sede central em Brasília, todas as audiências foram realizadas no Rio de Janeiro. Essa informação foi dada pelo número que agência tem em seu site. Outro problema importante referente as audiências públicas é que apesar de que qualquer pessoa física ou jurídica pode se inscrever, o site a agência apenas disponibiliza a data da audiência, sem informar a cidade e o local da consulta. Pelas poucas informações que a ANP disponibiliza sobre as audiências públicas fica fácil perceber que nestas audiências realizadas pela agência o número de participantes inscritos é insuficiente para considerar que a participação da população esta sendo realizada com sucesso. Na foto a seguir fica visível a falta de participação da população, em uma visão geral do auditório.



Metodologia:

Para elaborar esse trabalho, foram utilizados métodos de investigação para verificar se existem modos de participação cidadã e se eles são eficazes. Se existem modos da população se interagir com a agência.

A metodologia utilizada foi à pesquisa-ação, onde seria uma metodologia onde ocorre a estimulação das pessoas envolvidas, onde o investigador busca se interagir com objeto estudando e assim conduzido a produção do próprio conhecimento. O investigador deve se separar do objeto, o investigador deve ser isento a valores. Deve ocorrer por parte do pesquisador uma experimentação das leis gerias, de forma científica, analisando como se estivesse entrando em um campo desconhecido

Conclusão:

A pesar de ter mecanismos de interação com o cidadão, através da pesquisa pude verificar que ele não é eficaz. Nas ligações feitas para a agência até o momento, a demora foi significativa, onde a incapacidade das pessoas que estavam atendendo na agência, mostravam desconhecer perguntas básicas relativas à agência. Ficou visível também que agência está mais preocupada com críticas e sugestões de pessoas jurídicas, com isso a interação com o cidadão fica prejudicada. Nas duas ligações feitas para a agência, a primeira pergunta que os atendentes fizeram, foram questionando o CNPJ, mostrando que a interação com pessoas físicas não é muito comum. Dessa forma ficam evidentes essas falhas na interação com o cidadão. Em um modelo econômico onde o bem estar social é apenas supérfluo, a comunicação e a interação com a sociedade fica fragilizada. Apesar das audiências públicas serem um mecanismo de participação direta com a população, ficou evidente na pesquisa que no site da ANP, que existem poucas informações sobre como elas ocorrem.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (organizadores). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 5ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MORAES, Alexandre. Agências Reguladoras. Editora Atlas S.A. 2002. São Paulo

BRASIL, Agência Nacional do Petróleo. Disponível em < <http://www.anp.gov.br>

NETO, José Francisco de Melo. Pesquisa-ação.